

# QUESTÃO SOCIAL

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa

A expressão *Questão Social* emerge na narrativa política e científica no fim do século XIX para nomear os entraves à reprodução social dos trabalhadores no capitalismo. Etimologicamente, o termo expressa a controvérsia em torno da insegurança social imanente à estrutura social capitalista, que contraditoriamente cria barreiras à reprodução humana e cultural dos trabalhadores. É uma *questão* porque decorre das próprias contradições fundamentais do capitalismo e, portanto, não pode ser superada sem a sua transposição como forma de sociedade.

O modo de produção capitalista se distingue de outros, primordialmente, porque a produção de riqueza é voltada para o mercado e se produz em excesso para trocar e não para atender às necessidades humanas. A quantidade de produtos e a quantidade de necessidades, na sociedade capitalista, requerem diferentes quantidades de trabalho da sociedade e são esses trabalhos que expressam o valor nas trocas das mercadorias.<sup>1</sup> Marx interpretou este processo como lei do valor-trabalho, que induz à interação social dos indivíduos, para intercambiar mercadorias, inclusive a força de trabalho, parecendo que as coisas têm vida própria nesse quadro dinâmico do mercado, submetendo os indivíduos isolados à interface por conta das coisas que se trocam entre produtores privados, como uma sociedade que aparenta ser “uma imensa coleção de mercadorias” (MARX, 2005, p. 57). A sanha compulsiva do capital por mais capital dá vida às coisas e brutaliza a vida humana, formando seres sociais reificados, pois os trabalhos privados não são relações diretamente sociais entre as pessoas e seus trabalhos, mas as relações sociais são entre coisas trocadas (MARX, 2005; NETTO, 1981).

No interior desse processo social aloja-se a estrutura da propriedade privada constituída historicamente com a separação do *caracol e sua concha*, ou seja do trabalhador e os meios de trabalho ou de vida, o que o condiciona à submissão ao mercado capitalista. Nesse sentido, através do trabalho, os divorciados dos meios de vida (da terra e das ferramentas de trabalho) entram em interação social para atender às necessidades vitais de reprodução. Esse processo baseado na expropriação social constitui as classes sociais fundamentais (capitalistas, proletários e proprietários de terra), delineando as relações sociais capitalistas. Nesse sentido, para a produção de valor, os proprietários de capital empregam uma mercadoria especial que cria valor e mais valor, que é a força de trabalho. Ao trocar sua potência de trabalho por salário visando ter dinheiro para sua subsistência, o trabalhador entrega tempo de vida para o trabalho, que é comandado pelo capitalista e suas máquinas. Essa mercadoria especial entrega não só trabalho, mas sobretrabalho, quer dizer trabalho a mais do que aquele que equivale ao montante de seu salário. Não há equivalência entre salário

---

<sup>1</sup> O que torna social a relação dos donos das mercadorias é a troca de trabalhos privados, mediada pelo dinheiro, que expressa o valor de cada mercadoria e o valor é o tempo de trabalho gasto na produção dela (trabalho abstrato). Não qualquer tempo de trabalho, mas o tempo socialmente necessário, que é o tempo médio típico para produzir determinado produto em dada época histórica de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de trabalho. O dinheiro como o equivalente universal das trocas ganha forte significado para as relações sociais capitalistas, de modo invertido ou fetichizado porque aparenta ser ele o *todo o poderoso* do valor e não o trabalho. Somente numa sociedade que transforma os meios de vida em capital, em processo de valorização compulsiva, o dinheiro ganha essa importância, como medida em que se expressa toda riqueza social.

e trabalho entregue ao capitalista, pois a força de trabalho cede mais produtos do que recebe como salário, portanto parte da jornada não é paga. Esse é o núcleo fundante da exploração capitalista, que caracteriza a dominação de classe e que ampara a dinâmica compulsória pelo incessante aumento de produtividade, para ampliar a massa de valor produzida.

Além dessa usurpação de trabalho excedente (não pago) é preciso considerar que, no capitalismo, é a partir do salário que o trabalhador tem acesso a um fundo de consumo, para atender as necessidades biológicas, culturais e sociais de reprodução. No entanto, ainda que vasto contingente populacional seja expropriado dos meios de trabalho e jogado no mercado, o capitalismo não oferece emprego nem estabilidade para todos, provocando a constituição de uma superpopulação relativa, flutuante entre emprego e desemprego, realizando trabalhos não contratuais (informalidade) ou vivendo estagnada em trabalhos sazonais mais precarizados ou no pauperismo extremo.

O modo de produção capitalista se movimenta em direção a sua reprodução ampliada e para isso incrementa a produtividade, elevando a incorporação de equipamentos e tecnologias, o que faz com que se precise de menos trabalho vivo e o resultado disso é a diminuição dos postos de trabalho. Assim sendo, é incerto o acesso a trabalho e a salário, deixando aleatória também a possibilidade de aquisição da cesta de consumo para o trabalhador e sua família. Além disso, a população excedentária à economia real também funciona como dispositivo de concorrência entre os trabalhadores e de aviltamento dos salários, porque pagos abaixo das necessidades de subsistência. Essas são as circunstâncias que precipitam a *Questão Social*, ao forjar barreiras à viabilização das condições de vida, o que se desdobra em variadas expressões, entre elas, por exemplo, a questão urbana, a questão agrária, a questão ambiental, a questão da fome, a questão sanitária, a questão da violência, a questão de gênero ou a questão racial.

Essa dinâmica foi retratada por Engels (2010), Hobsbawm (1978) e Bresciani (1984) ao estudarem sobre as condições de vida do proletariado no ciclo concorrencial do capitalismo, quando demonstraram a precariedade dos salários, na medida em que eles não cobriam as necessidades de reprodução da força de trabalho que era paga abaixo do seu valor. As condições insalubres das moradias, o esgotamento físico pelas horas trabalhadas e pelas péssimas condições de trabalho, se somam à requisição de incorporar toda a família proletária no trabalho, incluindo as crianças, para fazer frente ao baixo poder aquisitivo dos salários. A organização política dos trabalhadores foi, então, decisiva para melhoria das condições de trabalho desde o final do século XIX, de modo a limitar a exploração desenfreada.

Os laços entre a reprodução dos indivíduos e os processos sócio-históricos do capitalismo foram tratados no pensamento crítico do Serviço Social brasileiro como determinantes da *Questão Social*, notadamente, por Yamamoto (2001; 2007), Netto (2001), Pastorini (2004) e Santos (2012). Para esses autores, a *Questão Social* se expressa com a organização operária no século XIX, questionadora da pauperização, do desemprego, das péssimas condições de vida e trabalho, remetendo a reflexão ao processo originário da acumulação primitiva de capital e à dinâmica da produção coletiva de riqueza com a generalização do trabalho capitalista e sua apropriação privada, envolvendo a contraditória ampliação da população supérflua para o capital.

Para Netto (2012) os efeitos destrutivos do capitalismo sobre a força de trabalho e as relações sociais é captado pelo pensamento conservador, desde a transição entre os séculos XIX e XX, desvinculando a *Questão Social* das relações sociais de produção e situando-a no

campo da circulação capitalista. Daí decorre um ideário reformista que naturaliza a ordem social, abordando o desemprego, a exploração da força de trabalho e a precariedade da reprodução como resultado de problemas individuais, por dificuldade de adaptação ao sistema social, priorizando a *gestão da anomia* para evitar conflitos e garantir a reprodução do capitalismo.

Para a literatura crítica da profissão, são decisivos o reconhecimento dos limites do capitalismo e as próprias lutas por ampliação de direitos que carregam a *Questão Social* para a esfera pública, exigindo inserção na agenda do Estado. No ciclo monopolista, o Estado social se afigura como dinâmica possível para contornar conflitos sociais com os trabalhadores, viabilizar áreas para investimentos de capital no próprio universo dos cuidados vitais, além de se envolver com a reprodução da força de trabalho (BOSCHETTI, 2016).

Com efeito, no ciclo maduro do capitalismo monopolista (século XX), além do salário outra variante para acessar meios de consumo foi constituída a partir do Estado, que passou a assumir responsabilidades com a reprodução da força de trabalho – não cobertas pelo salário – e com a geração de outras condições gerais da produção capitalista. A tendência foi a socialização do consumo por meio do Estado de que são exemplos os serviços de transporte, saneamento, energia, água, limpeza urbana, comunicações, além de políticas sociais fundamentais como saúde, educação, assistência social, previdência social, moradia e cultura. Tais políticas e ações públicas viraram dispositivos de consumo coletivo financiados por fundo público, que complementam os salários pagos pelo capital e que se tornam essenciais no processo de reprodução da vida urbana. Essa tendência estrutural do capital terá expressões diferenciadas no mundo capitalista de acordo com a capacidade econômica e intensidade da mobilização popular.<sup>2</sup>

No período fordista-keynesiano, após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo entra num movimento expansionista espantoso e, pela primeira vez, o Estado capitalista se projetou como possibilidade de amenizar as consequências da propriedade privada dos meios de produção e da mercantilização dos serviços e objetos necessários à vida, de modo que as legislações trabalhistas e o *Welfare* aumentaram a presença do Estado na reprodução da força de trabalho. Essa originalidade histórica decorria de fatores combinados, pois foram práticas instituídas como resultado das lutas dos trabalhadores por direitos sociais, além de serem dispositivos econômicos de preservação da força de trabalho para a grande indústria no contexto da *Guerra Fria* e da expansão industrial tardia para a periferia, nos modelos conhecidos como *substituição de importações*. Tal mutação no modo de lidar com a *Questão Social* marca a base da estruturação das chamadas políticas sociais e do aprofundamento da divisão do trabalho com a profissionalização, entre outras áreas, do Serviço Social (IAMAMOTO, 2007).

---

<sup>2</sup> Essa agenda depende das contradições que movimentam o processo de acumulação, o Estado e as lutas sociais. A incumbência do Estado envolve captação de recursos, por meio de tributação, junto aos salários, ao mais-valor apropriado pelo capitalista e à renda de outras atividades. A distribuição desse fundo público inclui o que destinar para o consumo social, o que dirigir às necessidades da acumulação capitalista e o que absorver para as funções exclusivas do Estado, como a segurança da ordem. Por razões estruturais, o Estado no ciclo monopolista aprofunda os serviços que realiza para a economia capitalista e nas crises econômicas movimenta fortemente a dívida pública, socializando os custos do socorro ao capital com os trabalhadores. A disputa ferrenha pelo fundo público torna a ação do Estado na reprodução da força de trabalho historicamente incerta. E, por outro lado, a incorporação de tecnologia poupadora de trabalho vivo, o crescente aumento de excedente de força de trabalho e o desemprego permanente acionam as contradições sistêmicas na medida em que parte da força de trabalho não é necessária a acumulação, de modo que o Estado é pressionado a relegar os serviços de consumo coletivo e as políticas sociais.

Esse quadro socioinstitucional apresentou-se como uma contratendência à crise de 1929, tendo revertido à bancarrota econômica com altos índices de rentabilidade ao capital, com a efetiva expansão do sistema capitalista no mundo, recompondo as taxas de lucro. Contraditoriamente, o excesso de produção fabril no sistema mundial, ao final da década de 1960, ampliou sobremaneira a competição internacional e provocou o reverso entre os anos de 1970 e 1980, levando à estagnação econômica de longa duração, que motivou a agenda contratendencial do neoliberalismo e da financeirização (IAMAMOTO, 2007), precipitando novos riscos à reprodução dos trabalhadores, com a contrarreforma do Estado, o avanço da tecnologia-digital, a desregulação e precarização do trabalho.<sup>3</sup>

Esse quadro teórico interpretativo possibilita apreender criticamente as determinações sociais dos processos de reprodução humana no capitalismo, decorrendo-o, vale dizer, do esforço coletivo do Serviço Social para qualificar o trabalho profissional e o intercâmbio científico e político com outras áreas. Para tanto, as diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social no Brasil definiram, na década de 1990, a *Questão Social* como âmbito de atuação profissional do Assistente Social nos diferentes campos de trabalho, em torno do qual se requer competência em três fundamentos nucleares de conteúdo científico, referidos como fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional (ABESS, 1997).

Com essa referência nos é possível perceber também totalidades parciais, pois o modo desigual como o capitalismo se reproduz e a história diferenciada das aglomerações socio-humanas manifestam características peculiares às expressões da *Questão Social* entre os diferentes países, por isso a categoria formação social apresenta-se como mediação relevante nos estudos sobre esse dilema da reprodução da existência vital. Isso possibilita tratar a totalidade social capitalista na relação com a particularidade histórica e geopolítica do Brasil (e América Latina), enraizada no capitalismo dependente, marcado pelo caráter predatório de exploração sobre a natureza e os trabalhadores, incluindo a forma social da escravidão com o açoitamento de africanos e descendentes e toda sorte de violência social decorrente do holocausto colonial e da dinâmica oligárquica e heterônoma da dominação no contexto do Imperialismo. As estruturas sociais dessa formação social geram relações de classes, tensões e conflitos sociais, como uma particularidade histórica no contexto do desenvolvimento desigual imanente do capitalismo. E essa peculiaridade tem desdobramentos sobre as manifestações da *Questão Social* e merecem ser investigados pelo Serviço Social, nos seus diferentes campos de trabalho.

Na realidade, a *Questão Social* se desdobra diversamente entre as formações sociais e, também, sobre os trabalhadores em suas expressões de gênero, sexo, raça, etnia, idade e território, provocando insegurança e limitação de acesso a meios de vida, decorrente também da opressão social. Nesse sentido, a discriminação como violência desdobrada em racismo, sexismo, etarismo, capacitismo e segregação territorial constituem também expressões da *Questão Social*, como manifestação das contradições das relações capitalistas que entravam a

---

<sup>3</sup> A crise tem origem nas condições de produção e realização das mercadorias, resultando em superprodução mundial, ou seja, excesso de capacidade no setor manufatureiro mundial que levou à queda da lucratividade do conjunto das empresas, impedindo a continuidade do dinamismo do ciclo anterior, dos “trinta anos gloriosos”. O apoio do Estado, socorrendo as empresas, ao longo desses últimos quarenta anos tem sido capaz de evitar a destruição maciça de capital e evitar essa destruição em larga escala tem sido o caminho das agendas dos Estados, ampliando a dívida pública (BARBOSA, 2018).

reprodução, porque as diferenças servem para dominar e viabilizar a compulsão por mais valor mediada pelas opressões.

Outro desafio importante dos estudos do trabalho profissional e das pesquisas envolve tratar essa insegurança para a reprodução dos trabalhadores também como expropriação social, além de ser exploração, reificação e opressão, como aludimos antes. Isso porque na dinâmica do capital, a expropriação não se limita àquela condição originária (acumulação primitiva) de transformação dos meios de vida em capital com o afastamento dos indivíduos da terra para submetê-los ao mercado capitalista (expropriação primária). Essa violência se repõe reiteradamente como expropriações secundárias, a partir da transformação continuada de meios de vida em negócios capitalistas, do desemprego decorrente da ampliação da maquinaria e da destituição de direitos sociais que aprofundam os limites para reprodução dos trabalhadores e suas famílias (FONTES, 2018).

Esse movimento regular de expropriação, tanto na origem do capitalismo como no seu desenvolvimento, visa reproduzir trabalhadores “livres” de outros meios de existência que é a “base social do capitalismo”, conservando e reproduzindo a sujeição, para garantir a lucratividade (FONTES, 2018, p. 18). Nesse sentido, a mercantilização de insumos da natureza, de serviços elaborados pelos próprios trabalhadores para sua subsistência e aqueles historicamente de responsabilidade do Estado ou por ele regulados são exemplos de expropriações secundárias na contemporaneidade. A contrarreforma do Estado e as desregulações sociais do neoliberalismo vêm provocando um amplo leque de expropriações, que poderiam ser melhor analisados no universo de trabalho dos assistentes sociais, de modo que fosse possível traçar as linhas invisíveis que ligam as experiências parciais do cotidiano com a totalidade social, gerando sistematizações ricas sobre a realidade concreta.

Por fim, ao lado dos desafios investigativos e profissionais mencionados, relacionamos mais um referente a fragilização das lutas no contexto social dilacerado, a partir da crise do capital iniciada nos anos de 1970. As expressões da *Questão Social* tomam a condição de barbárie (NETTO, 2012; BARBOSA, 2018), porque o capital em crise aprofunda seu metabolismo para punccionar trabalho vivo ao passo que aumenta o desemprego e a precarização das condições de vida. Além de pesquisas sistemáticas a esse respeito, o engajamento atento sobre o redesenhar político de novos modos de confrontação às ruínas sociais do capitalismo, reveste-se de desafio especial para a *práxis*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABESS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Cadernos ABESS, n. 7. São Paulo: Cortez, 1997.
- BARBOSA, R. N. C. Questão social, crise do capital e formação profissional: desafios ao Serviço Social na contemporaneidade. Sociedade em Debate, v. 24, n. 2, maio-agosto. Pelotas: UCPEL, 2018.
- BOSCHETTI, I. Assistência social e trabalho no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2016.
- BRESCIANI, M. S. M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.

- FONTES, V. A. transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.
- HOBBSAWM, E. J. Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo americano. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, ano 2, n. 3, jan./jun. Brasília: ABEPSS, 2001.
- \_\_\_\_\_. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I, volume 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. *Temporalis*, ano 2, n. 3, jan./jun. Brasília: ABEPSS, 2001.
- \_\_\_\_\_. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Argumentum*, Vitória (ES), UFES, v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun., 2012.
- PASTORINI, A. A Categoria Questão Social em Debate. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, J. S. A questão social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.